

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**

**ANA PAULA JANZON MORENO**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS COLETIVOS E PROCESSOS  
COLETIVOS: EFEITOS DA COISA JULGADA**

**PIRACICABA – SP**

**2013**

**ANA PAULA JANZON MORENO**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS COLETIVOS E PROCESSOS COLETIVOS: EFEITOS  
DA COISA JULGADA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba, para a obtenção do título de mestre em Direito.

**Orientador: Professor Doutor Jorge Luiz de Almeida**

**PIRACICABA – SP**

**2013**

**ANA PAULA JANZON MORENO**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS COLETIVOS E PROCESSOS COLETIVOS: EFEITOS  
DA COISA JULGADA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final para Coordenação do Programa de pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba, na área de Direitos Fundamentais Difusos e Coletivos.

Banca examinadora

---

Presidente: Professor Doutor Jorge Luiz de Almeida – UNIMEP

---

Membro: Professor Doutor José Luiz Gavião de Almeida – UNIMEP

---

Membro: Professor Doutor Josias Jacintho Bittencourt - UNASP

---

Coordenadora do Curso: Professora Doutora Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis

Piracicaba, 28 de junho de 2013.

Dedico este trabalho à minha mãe Hilda e ao meu pai Laerte (*in memoriam*) pela educação e amor que me proporcionaram;

Dedico também aos meus irmãos Frederico, Cristine e Maria, pelo amor e paciência que sempre me retribuíram.

## AGRADECIMENTOS

Não seria possível concretizar esse projeto sem os imprescindíveis e sinceros agradecimentos:

A Deus, presente em todos os momentos da minha existência, tanto nas horas de satisfação, quanto nas temporadas difíceis.

À minha família, meus pais, Dr. Laerte Domingues Moreno (*in memoriam*); em quem me espelho, a minha mãe Hilda Janzon Moreno, pela dedicação e amor incondicionais, em quem me enxergo; aos meus irmãos: Frederico, Jane, Cristine, José Alberto, Maria, Ronaldo; meus sobrinhos: Giovana, Guilherme e Lucas; aos meus colegas de escritório: Márcio, Newton, Daniel, Edson e Dr. Dárcio.

Aos meus professores-orientadores: Dr. Jorge Luiz de Almeida, Dr. José Luiz Gavião de Almeida e Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez.

Por fim, agradeço a todos os que de alguma forma cooperaram com o presente trabalho.

“Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça  
qualificada e manifesta”.

(Rui Barbosa)

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar o surgimento dos direitos coletivos, a aplicação desses direitos através dos processos coletivos e os efeitos da coisa julgada, eficácia *erga omnes* e *ultrapartes*, nas ações coletivas, com as alterações trazidas pela Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, ao artigo 16 da Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985. É possível encontrar em vários julgados recentes decisões aplicando o artigo 16 da LACP. Todavia, entende-se que o dispositivo (art. 16) restou inócuo uma vez que não se modificaram os artigos da Lei n. 8078/90 que cuidam dos efeitos da coisa julgada nas ações coletivas. Isso porque referido dispositivo contraria a ideia central do processo civil coletivo, de evitar pluralidade de decisões, de evitar decisões contraditórias. No primeiro capítulo será apresentado um estudo sobre a evolução histórica do processo, desde as Ordenações até o CPC de 1973, com as inúmeras reformas que sofreu em razão do seu caráter individualista, reformas estas que ocorreram para garantir a efetividade do processo e suprir a necessidade de aplicação de um novo direito: o coletivo. No segundo capítulo será realizado um estudo sobre os direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração, e o surgimento do direito coletivo e dos processos de massa. No terceiro capítulo abordar-se-á sobre os direitos tutelados pelos processos coletivos, bem como suas classificações de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. No quarto capítulo, um estudo sobre o surgimento e a manifestação do direito processual coletivo brasileiro. O quinto capítulo tratará da questão da competência com as limitações trazidas pela Lei n. 9494/97, e da legitimidade nos processos coletivos, destacando sobre a legitimidade ordinária e extraordinária. O sexto capítulo estudará os principais princípios que regem os processos coletivos. Na sétimo capítulo analisar-se-á a questão da sentença e seus efeitos nos processos e ações coletivas. No oitavo e último capítulo, será estudado o instituto da coisa julgada, dando especial atenção os seus limites e efeitos nos processos coletivos, principalmente aqueles trazidos pela Lei n. 9494/97. Com o presente estudo, pretende-se possibilitar uma visão geral dos direitos e processos coletivos, com destaque para os efeitos da coisa julgada e seus aspectos diferenciadores das ações coletivas.

**Palavras-chaves:** Direitos Coletivos. Direito Processual Coletivo. Direitos Fundamentais Coletivos. Direitos Massificados. Direitos Fundamentais Difusos. Coletivos e Individuais Homôneos. Sentença. Processos Coletivos. Efeitos da Coisa Julgada.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the emergence of collective rights, the enforcement of those rights through collective processes and the effects of *res judicata*, effectiveness *erga omnes* and *ultrapartes*, in collective actions, with the changes introduced by Law no. 9494, of September 10, 1997, to the Article 16 of Law n. 7347 of July 24, 1985. It is possible to find several recent decisions judged by application of the Article 16 of the Public Civil Action Law. However, it is understood that the device (art. 16) remained innocuous as it did not change the articles of Law no. 8078/90 that cares of purposes of *res judicata* in class actions. That's because this device contradicts the central idea of collective civil procedure, to avoid plurality decisions, to avoid conflicting decisions. The first chapter will present a study on the historical evolution of the process from the Ordinances to the Civil Procedure Code from 1973, with the numerous reforms that suffered because its individualistic, these reforms occurred to ensure the effectiveness of the process and meet the application need of a new right: the collective. The second chapter is a study on human rights of first, second and third generation, and the emergence of collective right and the processes of mass. The third chapter will address the rights protected by collective processes as well as their ratings under the Consumer Protection Code. In the fourth chapter, a study of the emergence and manifestation of the collective Brazilian procedural law. The fifth chapter will address the question of jurisdiction with the limitations introduced by Law n. 9494/97, and legitimacy in collective processes, with emphasis on ordinary and extraordinary legitimacy. The sixth chapter will examine the main principles governing the collective processes. In the seventh chapter will be analyzed the question of sentence and their effects on processes and collective actions. In the eighth and final chapter, will be studied the institute of *res judicata*, giving special attention to its limits and collective effects in the process, especially those brought by Law no. 9494/97. With this study, we intend to allow an overview of the rights and collective processes, with emphasis on the effects of *res judicata* and differentiating aspects of collective actions.

**Key-words:** Collective Rights. Collective Procedural Law. Collective Fundamental Rights. Commoditized Rights. Diffuse. Collective and Homogeneous Fundamental Rights. Sentence. Collective Processes. Effects of *res Judicata*.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

<b>ACP</b>	<b>Ação Civil Pública</b>
<b>CDC</b>	<b>Código de Defesa do Consumidor</b>
<b>CF</b>	<b>Constituição Federal</b>
<b>LAP</b>	<b>Lei Ação Popular</b>
<b>LACP</b>	<b>Lei Ação Civil Pública</b>
<b>MP</b>	<b>Ministério Público</b>
<b>MS</b>	<b>Mandado de Segurança</b>
<b>MSC</b>	<b>Mandado de Segurança Coletivo</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO</b> .....	15
<b>1.1. Evolução Histórica do Processo no Brasil</b> .....	17
1.1.1. Ordenações .....	17
1.1.2. Regulamento 737 .....	17
1.1.3. Código de Processo Civil de 1939 .....	18
1.1.4. Código de Processo Civil de 1973 .....	19
1.1.5. Do Individualismo ao Coletivo .....	22
<b>CAPÍTULO 2. DIREITOS HUMANOS E SURGIMENTO DO DIREITO COLETIVO</b> .....	26
<b>2.1. Direitos humanos de primeira geração</b> .....	26
<b>2.2. Direitos humanos de segunda geração</b> .....	26
<b>2.3. Direitos humanos de terceira geração</b> .....	27
<b>2.4. Surgimento e evolução do direito coletivo</b> .....	27
<b>2.5. As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX</b> .....	28
<b>2.6. Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto jurídico-material e o surgimento do processo de massa</b> .....	29
<b>2.7. Interesses Transindividuais: objeto do Direito Coletivo</b> .....	30
<b>2.8. Acesso à Justiça no que Tange à Tutela dos Direitos Fundamentais Coletivos</b> .....	30
<b>CAPÍTULO 3. DIREITOS TUTELADOS PELOS PROCESSOS COLETIVOS: DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS</b> .....	33
<b>3.1. A classificação constante no Código de Defesa do Consumidor</b> .....	34
<b>3.2. Direitos Difusos</b> .....	35
<b>3.3. Direitos Coletivos</b> .....	37
<b>3.4. Direitos Individuais Homogêneos</b> .....	38

<b>CAPÍTULO 4. O SURGIMENTO E A MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL COLETIVO BRASILEIRO</b> .....	39
<b>4.1. A manifestação constitucional do direito processual coletivo</b> .....	40
<b>4.2. Os principais institutos constitucionais do direito processual coletivo subjetivo ou comum</b> .....	41
4.2.1. <i>Origem</i> .....	41
4.2.2. <i>Alguns dos principais institutos constitucionais do direito processual coletivo comum</i> .....	43
4.2.2.1. Mandado de Segurança.....	44
4.2.2.2. Mandado de Injunção.....	46
4.2.2.3. Ação Popular.....	48
4.2.2.4. Ação Civil Pública.....	51
<b>4.3. Os principais diplomas infraconstitucionais de tutela dos direitos coletivos</b> .....	53
4.3.1. <i>Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347, de 24/07/1985)</i> .....	53
4.3.2. <i>O Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11/09/1990)</i> .....	56
4.3.3. <i>Lei da Ação Popular (Lei n. 4717, de 29/06/1965)</i> .....	59
4.3.4. <i>Outros diplomas processuais pertencentes ao direito processual coletivo</i> .....	61
<b>CAPÍTULO 5. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE NOS PROCESSOS COLETIVOS</b> .....	63
<b>5.1. Limitações à Competência (Lei n. 9494/97)</b> .....	64
<b>5.2. Legitimidade Ordinária ou Extraordinária</b> .....	66
<b>5.3. Dos Legitimados</b> .....	68
<b>CAPÍTULO 6. PRINCÍPIOS QUE REGEM OS PROCESSOS COLETIVOS</b> .....	69
<b>6.1. Acesso à Justiça</b> .....	69
<b>6.2. Economia Processual</b> .....	71
<b>CAPÍTULO 7. SENTENÇA NOS PROCESSOS COLETIVOS</b> .....	73
<b>7.1. Observações Gerais sobre Sentença</b> .....	74
<b>7.2. Eficácia e Efeitos da Sentença nas Ações Coletivas</b> .....	75
<b>7.3. Efeito Secundário da Sentença de Procedência</b> .....	77
<b>7.4. Cumprimento das Sentenças</b> .....	78

<b>CAPÍTULO 8. COISA JULGADA: LIMITES E EFEITOS NOS PROCESSOS</b>	
<b>COLETIVOS</b> .....	79
<b>8.1. Conceito</b> .....	79
<b>8.2. Coisa Julgada Material e Formal</b> .....	80
<b>8.3. Fundamento da Autoridade da Coisa Julgada</b> .....	81
<b>8.4. Limites da Coisa Julgada</b> .....	82
8.4.1. <i>Limites Objetivos</i> .....	82
8.4.2. <i>Limites Subjetivos</i> .....	82
<b>8.5. Efeitos Positivos e Negativos da Coisa Julgada</b> .....	83
<b>8.6. Coisa Julgada nas Ações Coletivas</b> .....	84
8.6.1. <i>Da Coisa Julgada em Relação aos Direitos ou Interesses Difusos</i> .....	85
8.6.2. <i>Da Coisa Julgada em Relação aos Direitos Coletivos em Sentido Restrito</i> .....	86
8.6.3. <i>Da Coisa Julgada em Relação aos Direitos Individuais Homogêneos</i> .....	87
<b>8.7. A Limitação dos Efeitos da Coisa Julgada trazida pela Lei n. 9494/97</b> .....	88
<b>8.8. Da Coisa Julgada na Ação Popular e no Mandado de Segurança</b> .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	95